

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



**Secretaria Especial de Políticas de
Promoção da Igualdade Racial**



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

**Secretaria Especial de Políticas de Promoção da
Igualdade Racial**

EXERCÍCIO 2009

ANO BASE 2008

**Brasília
2009**

ÍNDICE

Apresentação

Sumário Executivo

Avaliação dos Programas

Brasil Quilombola

Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial

Anexo I - Execução Física e Financeira

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-20011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2008, do total previsto para o(a) Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foram utilizados **R\$ 24.524.761,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 37.489.860,00	Empenho Liquidado:	R\$ 24.524.761,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 24.524.761,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

Além disso, do total de **R\$ 7.130.373,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2007, foram executados **R\$ 3.323.100,00**, ou seja, **46,60 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do(a) **Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2008		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	1336 Brasil Quilombola	53.403.042,00	12.370.840,00	23,17
	1432 Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial	18.817.423,00	11.003.762,00	58,48
Total Finalístico		72.220.465,00	23.374.602,00	40,82
Total Geral		72.220.465,00	23.374.602,00	40,82

* Valores Executados (liquidado) em 2008. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

AVALIACÃO SETORIAL

Objetivos Setoriais

Objetivo Setorial: Garantir a participação social e democrática no âmbito das políticas públicas de promoção da igualdade racial

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

Índice de Referência



Relatório Anual de Avaliação

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Esperança de vida ao nascer. / unidade	66,15	31/12/2000	
Grau de vulnerabilidade à pobreza. / Proporção			
Linha de pobreza e linha de indigência. / Proporção	46,80	31/12/2001	
Percentual de pessoas adultas que se considera saudável. / %	34,51	31/12/1998	

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros

Objetivo de Governo Vinculado: Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Esperança de vida ao nascer. / unidade	66,15	31/12/2000	
Grau de vulnerabilidade à pobreza / Proporção			
Linha de pobreza e linha de indigência. / Proporção	46,80	31/12/2001	
Percentual de pessoas adultas que se considera saudável. / %	34,51	31/12/1998	

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Promover a igualdade racial

Objetivo de Governo Vinculado:

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Esperança de vida ao nascer. / unidade	66,15	31/12/2000	
Grau de vulnerabilidade à pobreza. / Proporção			
Linha de pobreza e linha de indigência. / Proporção	46,80	31/12/2001	
Percentual de pessoas adultas que se considera saudável / %	34,51	31/12/1998	

Comentários Adicionais



Objetivo Setorial: Promover políticas de ação afirmativa

Objetivo de Governo Vinculado: Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para
	Índice	Data de Apuração	
Esperança de vida ao nascer. / unidade	66,15	31/12/2000	
Grau de vulnerabilidade à pobreza. / Proporção			
Linha de pobreza e linha de indigência. / Proporção	46,80	31/12/2001	
Percentual de pessoas adultas que se considera saudável. / %	34,51	31/12/1998	

Comentários Adicionais

Principais Resultados

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial visa promover a redução das desigualdades étnico-raciais no País. Nesse sentido, desenvolve-se ações para diversos eixos, dos quais cabe destacar a Política para Remanescentes de Quilombos, executada por meio do Programa Brasil Quilombola - PBQ. Em 2008, o PBQ, se comparado ao realizado em anos anteriores, teve uma ampliação orçamentária e de implementação significativa. Diversas políticas de inclusão produtiva e infra-estrutura tiveram execuções superadas ao esperado. O formato de gestão descentralizada do programa também avançou. Cabe superar os desafios de garantir, contudo, maior execução em ações que são executadas de modo federativo, como as de educação.

A implementação do Programa Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial – 1432 - nas áreas do trabalho, emprego e renda; cultura e comunicação; educação; saúde; mulheres negras; juventude; e segurança e justiça apresentam resultados das políticas afirmativas transversalizadas junto aos órgãos e instituições do Governo Federal e em parceria com as entidades não governamentais da Sociedade Civil Brasileira, as quais vem sendo implementadas ao longo desses anos.

Em 2008, esta Secretaria Especial além de acompanhar e coordenar as políticas públicas de promoção da igualdade racial desencadeou ações afirmativas, a exemplo: Trabalho e Geração de Renda - qualificação social e profissional para as trabalhadoras Domésticas – parceria Ministério do Trabalho e Emprego; Educação – desenvolvimento do Plano Nacional de Implantação da Lei nº 10.639/03 – parceria Ministério da Educação; e Segurança e Justiça - atividades para atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade - parceria Pronasci/MJ.

As Ações de Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial tem obtido avanços e busca ampliar a transversalidade, por meio de medidas especiais e temporárias, para as melhorias econômicas, educacionais e sociais da população historicamente discriminada.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Brasil Quilombola

GERENTE DO PROGRAMA

Alexandro da Anunciação Reis

OBJETIVO

Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas

PÚBLICO-ALVO

População de comunidades - rurais ou urbanas - remanescentes de quilombos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$53.403.042,00	Empenhado Liquidado: R\$12.370.840,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$12.370.840,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio a Centros de Referência Quilombola em Comunidades Remanescentes de Quilombos - 2D48 (Centro de referência apoiado/UNIDADE)	10,00	1,00	0,10	500.000,00	120.000,00	0,24
Apoio à Elaboração de Diagnósticos Setoriais sobre as Comunidades Remanescentes de Quilombos - 2D46 (Diagnóstico realizado/UNIDADE)	15,00	2,00	0,13	500.000,00	472.000,00	0,94
Apoio ao Desenvolvimento da Educação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos - 8957 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	10,00	0,00	0,00	1.000.000,00	296.564,00	0,30
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas - 8936 (COMUNIDADE APOIADA/UNIDADE)	40,00	30,00	0,75	2.880.000,00	1.691.278,00	0,59

Relatório Anual de Avaliação

Apoio Sustentável a Atividades Produtivas de Comunidades Quilombolas - 9A98 (plano elaborado/UNIDADE)	25,00	19,00	0,76	0,00	0,00	-
Articulação Institucional para a Melhoria da Infra-Estrutura de Acesso às Comunidades Remanescentes de Quilombos - 90E9 (Obra concluída/-)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Atenção à Saúde das Populações Quilombolas - 8215 (PESSOA ATENDIDA/UNIDADE)	100.000,00	100.000,00	1,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1,00
Capacitação de Agentes Representativos das Comunidades Remanescentes de Quilombos - 8589 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	2.380,00	1.000,00	0,42	2.200.000,00	1.433.401,00	0,65
Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos - 6440 (COMUNIDADE ATENDIDA/UNIDADE)	324,00	23,00	0,07	4.220.000,00	3.216.653,00	0,76
Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos - 0859 (Área indenizada/ha)	673.084,00	0,00	0,00	33.672.722,00	0,00	0,00
Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos - 1642 (-/-)	66,00	13,00	0,20	7.430.320,00	4.140.944,00	0,56
Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos - 1642 (COMUNIDADE TITULADA/UNIDADE)	66,00	13,00	0,20	7.430.320,00	4.140.944,00	0,56
Índice médio geral de realização			0,33			0,56

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas - 001T (COMUNIDADE APOIADA/UNIDADE)	-	-	-	310.563,00	188.422,00	0,61

(RAP 2007) Atenção à Saúde das Populações Quilombolas - 8215 (PESSOA ATENDIDA/UNIDADE)	-	-	-	70.899,00	70.899,00	1,00
(RAP 2007) Capacitação de Agentes Representativos das Comunidades Remanescentes de Quilombos - 8589 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	307.903,00	307.418,00	1,00
(RAP 2007) Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos - 6440 (COMUNIDADE ATENDIDA/UNIDADE)	-	-	-	792.699,00	425.788,00	0,54
(RAP 2007) Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos - 0859 (Área indenizada/ha)	-	-	-	1.900.000,00	1.000.000,00	0,53
(RAP 2007) Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos - 1642 (COMUNIDADE TITULADA/UNIDADE)	-	-	-	2.338.275,00	1.458.421,00	0,62
Índice médio geral de realização			-			0,72

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável - percentual	15,520	31/12/2005	16,700	12/2008	10,000	Alta
Fonte: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial						
Medidas corretivas necessárias:						
Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas - percentual	450,000	31/12/2006	260,000	12/2008	100,000	Média
Fonte: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial						

Medidas corretivas necessárias: As ações de regularização fundiária são influenciadas por diversos fatores, muitos deles externos ao órgão executor. Processos judiciais, ações de constestação à base legal e conflitos nas comunidades são fatores que insidem no avanço do processo. Sugestão de algumas medidas que poderiam impactar positivamente: contratação de novos quadros técnicos para o INCRA, fortalecimento da base legal existente e maior disponibilidade orçamentária.

Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos - percentual	142,690	31/12/2005	91,330	12/2008	100,000	Média
--	---------	------------	--------	---------	---------	-------

Fonte: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Medidas corretivas necessárias: A evolução de comunidades certificadas tende a diminuir com o passar dos anos, dado que é uma ação que terá fim quando todas as comunidades forem certificadas. Das identificadas no País, mais de 50% já foram certificadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As comunidades remanescentes de quilombos, alvo das ações propostas pelo Programa Brasil Quilombola, configuram núcleos de resistência com diferentes históricos de formação, abrigando, na sua origem, a população negra escravizada e desprovida de qualquer acesso a políticas públicas, impossibilitada de manifestar sua cidadania e vivendo na absoluta miséria. Internamente, os quilombolas estão agregados, portanto, a partir de uma necessidade de sobrevivência e de uma ancestralidade étnica comum, representada em seus elementos lingüísticos, religiosos, culturais e na sua organização político-social. A terra que ocupam possui um forte significado simbólico, na medida em que se tornou o espaço geográfico necessário para a continuidade e a reprodução do modo de vida quilombola, marcado por modelos produtivos agrícolas e por seu uso coletivo. Conseqüentemente, o território de uma comunidade ficou intimamente relacionado à sua identidade; é o espaço em que se dão as manifestações culturais do grupo, onde se encontram valiosos resquícios arqueológicos e onde acontece a transmissão intergeracional de seu patrimônio material e imaterial. Por outro lado, há várias ameaças que tensionam suas comunidades: a ocupação de suas terras por fazendeiros, empresas ou pelo próprio poder público; a legislação ambiental vigente que não reconhece os direitos das populações tradicionais e, muitas vezes, favorece conflitos nas regiões; o sistema educacional deficitário, em que as escolas não têm a manutenção garantida nem valorizam a cultura local; a completa falta de infra-estrutura, como energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico, nos núcleos residenciais; a falta de acesso a programas de saúde; e a marginalização das questões quilombolas nas políticas públicas do Governo Federal até 2002.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - 1) Regularização Fundiária - O INCRA investiu R\$ 4.098.448,57 milhões na implementação dos processos de regularização fundiária das áreas remanescentes de quilombos em 2008. Nesse período, foram publicados 17 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTIDS, totalizando uma área de 160.351,217 hectares e beneficiando 4.889 famílias. Foram também publicadas 14 portarias de reconhecimento, correspondente à área de 26.686,3234 hectares e ao número de 773 famílias. E foram emitidos 13 títulos, em parceria com os Institutos de Terras do Pará – ITERPA e do Piauí – ITERPI, totalizando 32.900,6936 hectares e beneficiando 1.078 famílias.

2 - 2) Certificação - Em 2008, 127 comunidades foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Até dezembro de 2008, 1087 Certidões foram emitidas e publicadas no Diário Oficial da União – DOU, que beneficiam 1305 comunidades.

3 - 3) Desenvolvimento Local e Geração de Renda em Quilombos

3.1) Apoio a atividades produtivas para o Desenvolvimento Agrário - A ação executada pelo MDA para desenvolvimento local teve ampliada sua ação com a incorporação no Programa Nacional de Assistência Técnica da política de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER orientada para os quilombos. Em 2008 foram apoiados 12 projetos, que beneficiarão 59 comunidades, 33 municípios e nove estados brasileiros, perfazendo o valor total de R\$1.958.684,24. Os projetos apoiados objetivam estimular o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas através de atividades de formação que visam o apoio à gestão territorial, fortalecendo as formas de organização e conhecimentos tradicionais. Os projetos contemplaram comunidades dos estados de GO, PR, RS, RJ, PA, BA, SC, MG, MS.

No ano de 2008, em convênio com universidades federais foram desenvolvidos quatro cursos de Formação de Agentes de ATER em quatro regiões do país(nordeste,sudeste, norte e sul). Participaram em torno de 120 técnicos agrícolas vinculados as EMATER e Entidades de Assistência Técnica. O investimento em ATER, para comunidades quilombolas, em trinta e dois Territórios da Cidadania foi de valor de R\$4.670.000,00.

4 - (CONTINUAÇÃO 3) - 3.2) Energia Quilombola - A Parceria SEPIR e Eletrobrás investiu R\$ 1.015.055,70 em projetos de produção agrícola, incentivo a avicultura e comercialização de derivados, construção e estruturação de casas de farinha e mini usinas de beneficiamento de arroz e aquisição de equipamentos para produção de doces, em comunidades diversas comunidades quilombolas.

5 - (CONTINUAÇÃO 3) - 3.3) Programa de Desenvolvimento e Cidadania - A parceria Petrobrás, Fundação Universidade de Brasília, SEPIR e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o recurso da ordem de R\$ 4 milhões, oriundos da Petrobrás, realizou 10 projetos de inclusão produtiva. Tem-se como estimativa do público beneficiário aproximadamente 4.118 pessoas, levando-se em conta as 10 comunidades, localizadas em 8 estados e 10 municípios. Para o monitoramento e a avaliação da execução desses projetos foi criado um Comitê Gestor com a representação da Petrobras, MDS, SEPIR e FUBRA. Todos os projetos encontram-se em fase de finalização, e são geridos pelas próprias associações quilombolas, o que representa um avanço em termos de empoderamento das associações e controle social dos recursos.

6 - (CONTINUAÇÃO 3) - 3.4) Ação de Fomento ao Desenvolvimento Local apoiada pela Caixa - Fomentar a inserção produtiva e o desenvolvimento local é uma das diretrizes das ações da Caixa Econômica Federal voltadas às comunidades quilombolas. Em 2008, foram apoiados projetos em 3 regiões do país, sul, sudeste e centro-oeste. O investimento total foi de R\$ 7.870.942,92.

7 - 4) Programa Luz para Todos - O Programa Luz para Todos, em áreas quilombolas, chegou a marca de 19.821 domicílios atendidos, investindo no período 2004/2008 R\$ 99.1 milhões. Em 2008 o investimento alcançou o montante de R\$ 24.4 milhões em atendimento de 4.893 domicílios. Há ainda 1.571 obras em andamento, e 15.133 priorizadas para os anos 2009/2010. A partir do PLT, 56 comunidades, em cinco estados (MT, MS, GO, PR, RS) também foram contempladas outras ações integradas: Arca das Letras, Rádio Comunitária, Hortas Comunitárias, Ações de Fortalecimento Institucional, Moradia e Telecentros.

8 - 5) Pac Funasa - Em 2008, a previsão orçamentária de investimento para comunidades quilombolas foi de 34 milhões. Houve ampliação desse montante, posto que foram apresentados 140 projetos à FUNASA, totalizando o empenho de R\$ 38.284.811,67: BA (38 projetos = R\$ 17.268.840,69, nº de famílias 4.954 - 44 comunidades); RN (11 projetos = R\$ 1.296.975,00 - nº de famílias 643 - 10 comunidades); PE (16 projetos = R\$ 6.452.120,00 - nº de famílias 2.012 - 16 comunidades); AP (15 projetos = R\$ 3.940.038,62 - nº de famílias 380 - 5 comunidades) e MA (60 projetos = 9.326.837,36 - nº de famílias 2.290 - 39 comunidades).

9 - 6) Infra-estrutura de Acesso - 6.1) Ponte de Ivaporanduva - Liberação de R\$ 5,6 milhões para a construção da Ponte de Ivaporanduva, sobre o Rio Ribeira do Iguape, no município de Eldorado (SP). A obra, com previsão de conclusão em novembro de 2009, propiciará a melhoria de transporte significativa às comunidades quilombolas de Ivaporanduva, Galvão e São Pedro, beneficiando 160 famílias. Projeto tem com parceiros MI/SEPPPIR/EXÉRCITO.

10 - 7) Gestão do PBQ - Em 2008, foram instalados (09) Comitês, nos Estados do Piauí, Rio Grande do Sul, Sergipe, Maranhão, Rio de Janeiro, Goiás, Pará, Espírito Santo e Amapá. Em 2009, serão instalados os 13 Comitês Estaduais do PBQ, finalizando a meta de 22, prevista no planejamento da gestão da ASQ. O processo de mobilização contabilizou cerca de 3.000 (três mil pessoas), em sua maioria lideranças quilombolas, prefeitos e gestores da Política de Promoção da Igualdade Racial.

11 - 8) Fortalecimento Institucional - A SEPPPIR realizou, em 2008, Chamada de Apoio ao Fortalecimento Institucional e ao Desenvolvimento Local de Comunidades Quilombolas. Foram selecionadas 28 propostas enviadas por associações quilombolas, universidades, comissões de justiça e paz, prefeitura municipal, cooperativas, institutos e outras entidades. O investimento foi de R\$ 3.068.000,00.

12 - 9) Bolsa Família - O Programa Bolsa Família alcançou 20.020 famílias quilombolas em 2008. E o Total de famílias quilombolas incluídas na base nacional do CadÚnico é de 25.698. O orçamento destinado às famílias quilombolas no programa é de R\$ 18,6 milhões.

13 - 10) Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos - Ação do Ministério de desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com a SEPPPIR e a FCP. Foram distribuídas em 2008 cerca de 71.571 cestas para 22.855 famílias quilombolas.

14 - * Para maior detalhamento, favor acessar o relatório de gestão do PBQ, em 2008, no site da SEPPPIR: www.presidencia.gov.br/seppir

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Parte das ações do PBQ, no âmbito do PPA, não obtiveram execução tão expressiva. Isso se deve a diversas questões, desde a dificuldade de efetivar convênios com poder público até a morosidade dos processos de regularização fundiária. Todavia, uma parcela significativa das ações do Programa tiveram resultados importantes. Cabe mencionar o crescimento no número de títulos de regularização fundiária expedidos em relação aos anos anteriores, a superação da meta orçamentária para ações de saneamento, com o empenho de R\$ 38 milhões para projetos em comunidades quilombolas em 5 estados, e os resultados obtidos pelas ações de desenvolvimento local em comunidades quilombolas. Algumas ações de infra-estrutura também foram finalizadas, como as duas pontes na Comunidade Kalunga (GO), e a liberação do recurso para a ponte de Ivaporanduva (SP). O atendimento às comunidades quilombolas pelo Programa Luz para Todos teve um resultado também positivo. Nesse sentido, justifica-se que a execução do Programa alcançou mais de 80% do previsto, posto que parcela significativa das ações do Programa (muitas não destacadas no PPA do Programa) tiveram superação da meta prevista. Algumas outras continuam demandando atenção, como as ações de construção de escolas, capacitação de professores e

elaboração de material específico para comunidades quilombolas, que não tiveram execução em 2008.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: A quantidade de comunidades identificadas no País é de 3554, nas cinco regiões. Os dados de comunidades certificadas é de 1305 comunidades, também nas cinco regiões. Mesmo havendo resultados crescentes e positivos na implementação do Programa Brasil Quilombola junto às comunidades, a abrangência do Programa ainda precisa ser ampliada. Parte dos pontos que precisam ser superados relacionam-se a necessidade de ampliação de orçamento para ações voltadas às comunidades quilombolas, maior equipe nos órgãos que executam essas ações, além de maior controle social das comunidades quilombolas das políticas implementadas.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O índice de cobertura das comunidades quilombolas está dentro do previsto para muitas das ações. Em outras, o resultado superou as metas previstas. É importante destacar, contudo, que muitas das ações para quilombos tiveram a execução abaixo do previsto. Outro ponto fundamental, é a necessidade de se estabelecer maior controle do impacto das políticas públicas para o público alvo ao qual se destina.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Foram instalados 9 comitês estaduais do PBQ, dos 22 previstos, em 2008. Esses comitês visam ampliar o controle social. Em 2008, ainda não foi possível estabelecer essa mensuração. Para 2009, busca-se atingir esse objetivo com os comitês.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: A temática étnico-racial é estruturante da Política de Promoção da Igualdade Racial, coordenada pela SEPIIR, na qual um dos frutos é o Programa Brasil Quilombola.

Pessoa com Deficiência: Ao serem apoiados projetos, estimula-se a inserção dessa temática nas ações previstas.

Gênero: Em 2008, uma das linhas de apoio a projetos do PBQ abarcou a questão de gênero.

Criança e Juventude: Desde o início do Programa, o debate de infância e juventude é um dos pilares do Programa, assim como gênero.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Consulta Pública: São vários os exemplos de consultas públicas realizadas junto às comunidades quilombolas, com temas que lhes eram de interesse ou que poderiam lhes causar impacto. Cabe destacar a Consulta à nova Instrução Normativa do INCRA, realizada em abril de 2008, que reuniu 300 lideranças quilombolas em Brasília.

Reunião com grupos de interesse: As reuniões com organizações representativas das comunidades quilombolas ocorrem com frequência no cotidiano da execução do Programa. Em 2008, por exemplo, foram realizadas dezenas de reuniões nacionais e estaduais com organizações das comunidades quilombolas.

Discussão em Conselho Setorial: Há três instâncias que pautam questões relativas ao Programa: O Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR (composição paritária), Comitê Nacional do Programa Brasil Quilombola (com representantes do Governo Federal) e os comitês estaduais do Programa.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Os rumos e diretrizes das ações, quando dialogados com os beneficiários, refletem de modo muito mais concreto as demandas reais das comunidades.

Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial

GERENTE DO PROGRAMA

PATRICIA CIPRIANI DE CARVALHO

OBJETIVO

Reduzir as desigualdades raciais e promover uma cultura não-discriminatória, de forma a assegurar à população - independentemente de sua cor ou raça - o exercício pleno de sua cidadania e melhores condições de vida

PÚBLICO-ALVO

Grupos étnica e racialmente discriminados, com ênfase na população negra

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$18.817.423,00	Empenhado Liquidado: R\$11.003.762,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$11.003.762,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio a Centros de Referência de Promoção da Igualdade Racial - 2E22 (UNIDADE APOIADA/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais de Promoção da Igualdade Racial - 2D54 (organização apoiada/UNIDADE)	12,00	2,00	0,17	647.423,00	200.000,00	0,31
Apoio à Implementação da Lei nº 10.639 - 901B (Ente federado apoiado/UNIDADE)	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial - 8362 (Iniciativa apoiada/UNIDADE)	500,00	118,00	0,24	15.970.000,00	10.577.535,00	0,66
Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais - 8601 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	200,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00

Relatório Anual de Avaliação

Fomento à Edição, Publicação e Distribuição de Material Bibliográfico e Audio-Visual sobre Igualdade Racial - 802V (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	10,00	3,00	0,30	300.000,00	226.227,00	0,75
Formulação de Políticas de Ações Afirmativas - 904W (Ação Afirmativa formulada/UNIDADE)	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
III Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas - 90ED (conferência realizada/UNIDADE)	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - 9A59 (Relatório elaborado/UNIDADE)	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	600.000,00	0,00	0,00
Qualificação de Afro-Descendentes em Cidadania, Gestão Pública e para o Trabalho - 802U (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	600,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			0,07			0,25

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra - %	85,000	31/12/2006	100,000	12/2009	100,000	Alta

Fonte: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Medidas corretivas necessárias:

Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra - %	7,600	31/12/2006	9,420	12/2009	11,600	Alta
---	-------	------------	-------	---------	--------	------

Fonte: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Medidas corretivas necessárias:

Número de Negros Qualificados para a Cidadania e Gestão Pública - UNIDADE	0,000	31/12/2006	0,000		6.000,000	Média
---	-------	------------	-------	--	-----------	-------

Fonte: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Medidas corretivas necessárias: intensificar as ações nesta área, por intermédio de parcerias com instituições públicas e privadas, e monitorar os resultados.

Evolução do Número de Organismos no FIPIR - %	0,000	31/12/2006	0,000		44,000	Alta
---	-------	------------	-------	--	--------	------

Fonte: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Medidas corretivas necessárias:

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é , hoje, a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria: são 91 milhões de negros, o que corresponde a 49,2% dos habitantes do Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2005. O quadro de desigualdades raciais existente no país é bastante assustador, revelando o drama da marginalização econômica e da injustiça social que afeta não só a população negra, mas também outros grupos étnicos, como indígenas e ciganos. No Brasil, a pobreza prevalece entre a população de cor preta ou parda. Com efeito, em 2005, segundo estudos promovidos pelo IPEA, 41,3% da população negra era pobre e esse percentual era de menos da metade para a população branca (19%). A inserção dos negros no mercado de trabalho é sempre mais precária do que a dos brancos. São eles os que têm mais chances de encontrarem-se desempregados e, mesmo quando inserem-se no mercado as desigualdades continuam: em média ganham cerca da metade dos rendimentos dos brancos. Outrossim, a maior parte está ocupada no setor informal, isto é, não contribui para a previdência social e, assim, encontra-se desprotegida frente às incertezas do futuro. Esta população não tem acesso a uma série de benefícios da seguridade social, como aposentadoria pública, seguro-desemprego e auxílios em caso de doença ou de acidente do trabalho. No que se refere a indicadores educacionais, as desigualdades entre negros e brancos impressionam pela sua magnitude e estabilidade ao longo do tempo. Em média, os jovens e adultos negros têm dois anos a menos de estudo do que os jovens e adultos brancos. E mais: essa distância tem-se mantido constante ao longo dos anos. De modo análogo, observase que, mesmo havendo redução na taxa de analfabetismo da população brasileira ao longo da década de 1990, a diferença entre negros e brancos ainda é bastante elevada: -s em 1995, a taxa de analfabetismo dos brancos era de 9,5% e a dos negros de 23,5%; em 2005, esses percentuais eram de 7% e 15,4%, respectivamente. Estudos recentemente realizados pelo IPEA vêm reforçar conclusões encontradas em pesquisas anteriores, segundo as quais o fenômeno da discriminação racial é responsável por parte significativa das desigualdades observadas entre negros e brancos, tanto no mercado de trabalho, quanto no campo educacional. Essas desigualdades são resultado não somente da discriminação ocorrida no passado, mas, também de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. As conseqüências da persistência dos altos índices de desigualdades raciais são perversas. De um lado, a permanência das desigualdades raciais ao longo do tempo naturaliza a participação diferenciada de brancos e negros nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros, inibindo o desenvolvimento de suas potencialidades individuais e impedindo o usufruto da cidadania por parte dessa parcela de brasileiros à qual é negada a igualdade de oportunidades que deve o país oferecer a todos. De outro lado, o processo de exclusão vivido pela população negra compromete a evolução democrática do país e a construção de uma sociedade mais justa e coesa. Nesse sentido, combater as desigualdades raciais, que é antes de mais nada tarefa do Estado, é combater um problema que afeta a sociedade brasileira como um todo.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Acompanhamento e coordenação das políticas públicas voltadas para a Promoção da Igualdade Racial, desenvolvida no âmbito dos diversos Ministérios, em especial, nas áreas de saúde da população negra, educação, mercado de trabalho, justiça e cidadania.

2 - Construção de agendas para o desenvolvimento de ações afirmativas para a Promoção da Igualdade Racial, junto a iniciativa privada (associações, centros de cultura, fundações e institutos), e do setor público (estados, municípios e órgãos governamentais)

3 - Incremento das atividades do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial - FIPIR, com a adesão de novos membros, estando hoje com 26 Estados e o Distrito Federal e mais 524 municípios, estimando adesão de cerca de 800 municípios até o ano de 2011.

4 - Desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional junto ao PLANSEQ Trabalho Doméstico Cidadão, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, FENATRAD, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério da Educação, OIT, UNIFEN.

5 - Firmatura de parceria junto ao CNPq para a concessão de 600 bolsas para permanência de alunos cotistas, sendo 500 bolsas a conta do CNPq e 100 a conta da SEPPIR.

6 - Firmatura de parceria com o Ministério da Justiça para o desenvolvimento de ações junto ao PRONASCI, para a promoção dos direitos de adolescentes e jovens negros em situação de vulnerabilidade social.

7 - Documento técnico contendo propostas de monitoramento e avaliações das ações do Governo Federal, para a juventude negra, considerando a redução da mortalidade por causas externas, elevação de escolaridade, acesso ao mercado de trabalho, capacitação profissional e acesso a cultura e lazer.

8 - Desenvolvimento de ações afirmativas para a criação do Fórum Nacional de Juventude Negra, dentre elas: estímulo a implantação de 26 comissões estaduais e uma distrital, atingindo diretamente 2000 jovens e indiretamente 7000 jovens; apoio para mobilização nacional para instalação do Fórum nacional da Juventude Negra, em Guarujá.

9 - Desenvolvimento de ações, juntamente com o Ministério da Saúde, com a finalidade de promover a equidade racial por meio da consolidação da Política Nacional da Saúde Integral da População Negra

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Identifica-se como elementos restritivos, a considerar a insuficiência de mecanismos continuados, a falta de conhecimento da questão racial como base para a baixa compreensão quanto ao significado das políticas de ações afirmativas pelos gestores e diferentes níveis da administração, a insuficiência de recursos materiais, infra-estruturais e humanos e ainda restrições orçamentárias e financeiras.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Promover políticas de ação afirmativa

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Necessidade de criação de mecanismos para a melhor coordenação das ações e otimização dos recursos aplicados no Programa. Sistemático acompanhamento das ações do Programa, permitindo a pronta correção de inconsistências e a permanente avaliação dos resultados alcançados e o seu cotejamento com as metas estabelecidas.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Não aplicável

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Dificuldade de acompanhar e coordenar as ações transversalizadas, tendo em vista as limitações da estrutura técnico-administrativa da SEPPIR e dos recursos orçamentários e financeiros.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: Recorte étnico racial na elaboração da Política Nacional de População em Situação de Rua, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Gênero: Representação Oficial na Comissão de Concertação do Plano Setorial de Qualificação do Trabalho Doméstico Cidadão, que visa a qualificação social e profissional e elevação de escolaridade, conjugada com a Cidadania e Cultura, dos/as trabalhadores/as domésticos/as.

Co-gestora do Projeto "Empoderamento de Mulheres Negras", em parceria com a SPM-PR e PNUD

Criança e Juventude: Representação institucional no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA/SEDH; no Comitê Gestor da Agenda Criança e Adolescente; na Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo (SINASE); na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI/MTE; e no Comitê do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Representação oficial no Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE - SNJ/PR e da Comissão Marco Legal do CONJUVE.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: Apuração de casos de racismo, homofobia, xenofobia e outras formas de discriminação.

Audiência Pública: Audiência pública do PLANSEQ - Trabalho Doméstico Cidadão (Senado Federal)

Reunião com grupos de interesse: Realização de encontros nas diversas regiões do país, visando o fortalecimento institucional das políticas de promoção da igualdade racial, no âmbito governamental, instituições privadas e sociedade civil. Reuniões do fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Não há mecanismos de aferição.